

Ocimar Barros de Oliveira

Advogado, professor de Direito, professor de Educação Física, Especialista e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia, Tenente da reserva do Exército Brasileiro, Sargento da Reserva da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC de Uberlândia, da Fundação Carmelitana Mário Palmério – FUCAMP de Monte Carmelo e do Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG. Foi assessor jurídico da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia – PROEX/UFU. Ex-diretor de Esportes da 13ª subseção da OAB/MG; ex-instrutor do Curso Técnico de Segurança Pública da PMMG. Atualmente é Titular do Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Rio Paranaíba-MG.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

e

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Processo Administrativo e Democracia Participativa

© Ocimar Barros de Oliveira

J. H. MIZUNO 2014

Revisão: Douglas Dias Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

O48p	Oliveira, Ocimar Barros de. Processo administrativo e democracia participativa / Ocimar Barros de Oliveira. Leme: J. H. Mizuno, 2014. 189p. 21cm. Inclui referências. Inclui índice alfabético remissivo. 1. Direito administrativo – Brasil. 2. Processo administrativo – Brasil. I. Título.
ISBN 978-85-7789-129-0	CDD-342.8106

Índice para o Catálogo Sistemático

1. Administração Pública: Brasil	352.81
2. Democracia: Brasil	352.81
3. Participação Social	352.81

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO 1

Democracia, Participação e Cidadania.....	33
1.1. Aspectos filosóficos e históricos da democracia	41
1.1.1. A democracia grega antiga.....	43
1.1.2. Idade Média e democracia.....	46
1.1.3. Democracia na Idade Moderna.....	47
1.1.4. O cenário jurídico político: do jusnaturalismo ao pós-positivismo ...	52
1.2. Democracia participativa no Brasil.....	57
1.3. A crise da democracia representativa e o fortalecimento da democracia semidireta.....	62
1.3.1. O cenário histórico paradigmático.....	63
1.3.2. O paradigma entre democracia representativa e democracia direta.....	66
1.4. Democracia social, uma nova tendência.....	73
1.5. Democracia formal e substancial	74
1.6. Conceitos de participação e cidadania.....	74
1.7. Princípios que fundamentam a participação cidadã.....	76
1.7.1. Princípio da dignidade humana.....	77
1.7.2. Princípio da democracia.....	79
1.7.3. Princípio da cidadania.....	82
1.7.4. Princípio da participação.....	83
1.7.5. Princípio da publicidade	87
1.7.6. Princípio do devido processo legal	90
1.7.7. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	93
1.7.8. Princípio do informalismo moderado.....	96
1.7.9. Princípio da boa-fé objetiva.....	99

1.7.10. Princípio da motivação.....	102
1.7.11. Princípio da oficialidade	104
 CAPÍTULO 2	
Democracia, Participação e Cidadania.....	107
2.1. Processo e procedimento administrativo	108
2.2. Natureza jurídica do processo administrativo	112
2.2.1. Processo como procedimento.....	113
2.2.2. Processo como relação jurídica	113
2.2.3. Processo como situação jurídica	115
2.2.4. Aplicabilidade da teoria da situação jurídica ao processo administrativo.....	116
2.3. Conceituação de processo e procedimento administrativo.....	118
2.4. Evolução histórica do processo administrativo no Direito Comparado ..	122
2.5. O processo administrativo nas Constituições brasileiras.....	124
2.6. Legislação sobre processo administrativo no Brasil	127
 CAPÍTULO 3	
Participação do Cidadão no Processo Administrativo	129
3.1. O cidadão como parte no processo administrativo	130
3.2. O cidadão como terceiro interessado no processo administrativo.....	130
3.3. O cidadão como integrante de grupos sociais nacionais com poderes de representação	131
3.4. Participação cidadã no Direito comparado.....	132
3.5. Classificação da participação do cidadão	134
3.6. Instrumentos de intervenção ou de participação direta.....	138
3.6.1. Pedido de informação	139
3.6.2. Petição aos Poderes públicos.....	140
3.6.3. Obtenção de certidões	142
3.6.4. Exame e apreciação das contas públicas municipais.....	143
3.6.5. Reclamação administrativa.....	144
3.6.6. Participação do cidadão em colegiados de órgãos públicos e políticas setoriais	145

3.6.7. Escolha dos representantes e participação nas decisões políticas.	146
3.6.8. Intervenção em processo licitatório (Lei 8.666/93)	147
3.6.9. Audiência, consulta e coleta públicas como instrumentos de participação do cidadão no processo administrativo	150
3.7. Instrumentos de participação indireta do cidadão no processo administrativo	154
3.7.1. Instrumentos administrativos de controle ou participação indireta do cidadão no processo administrativo.....	154
3.7.1.1. Denúncia de irregularidades perante o Tribunal de Contas da União	154
3.7.1.2. Direito de representação por abuso de poder (art. 1º da Lei 4.898/1965)	156
3.7.1.3. Representação ao Ministério Público	156
3.7.1.4. Ouvidoria, o ombudsman brasileiro	157
3.7.2. Instrumentos judiciais de participação indireta do cidadão no processo administrativo	159
3.7.2.1. Mandado de segurança individual ou coletivo	159
3.7.2.2. "Habeas data" como instrumento judicial de participação indireta no processo administrativo (art. 5º, LXXII, da CF/88) ...	161
3.7.2.3. Ação anulatória de ato administrativo	162
3.7.2.4. Ação popular como instrumento judicial de controle do ato administrativo	163
3.8. Perigos e limitações ao direito de intervir no processo administrativo	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	179
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	187